





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28/02/2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 58, de 07/04/08, juntamente com a ata sucinta da 10ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito a dispensa a leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 9ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse projeto que acaba de ser tido trata da revogação do TARE. São os incentivos creditícios de ICMS, concedidos ao longo dos últimos anos pelo Governo e também por outros governos estaduais, no caso específico do Distrito Federal. Há uma necessidade imperiosa da revogação, considerando-se que o Supremo Tribunal Federal, nos próximos dias, deliberará sobre esse assunto, e poderão ser causados prejuízos ao sistema da Secretaria de Fazenda, caso seja desfavorável.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	3

Portanto, há uma relevância na apreciação desse projeto, razão pela qual peço a V.Exa., Sr. Presidente, que o coloque como item extrapauta, em sessão extraordinária no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Leonardo Prudente, não havendo objeção de nenhum Líder, a Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou dividir a minha fala hoje entre dois temas.

Primeiramente, apesar de eu não ser da base governista, quero aqui aplaudir a ação do Governo de tentar implementar no Distrito Federal o projeto da educação em tempo integral. Sempre fui um defensor das escolas em tempo integral. Considero que é esse o caminho para o futuro. Quanto mais tempo o aluno ficar na escola, melhor será o conhecimento que ele irá adquirir e mais tempo de reforço escolar ele terá.

Sonho e sempre sonhei com a possibilidade de uma criança humilde chegar pela manhã à escola, tomar um café, comer um pão com geléia, receber um ensinamento, assistir a aulas, ter um horário de almoço com uma refeição decente. Depois, à tarde, ter acesso a uma língua estrangeira, a uma atividade física, ter aulas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	4

de reforço escolar e, ao final do dia, voltar à sua casa tendo feito um lanche. Penso que isso daria para a população humilde a oportunidade de ter alguma chance na vida.

É claro que se deve avaliar a qualidade do ensino que é ministrado, o currículo que é aplicado, mas foi por meio da educação integral que mudaram vários países do mundo, como a Coréia e o Japão. Então, espero que o Brasil caminhe para isso. Deputada Eurides Brito, que, aliás, hoje faz aniversário - quero dar desta tribuna meus parabéns a V.Exa. -, eu gostaria de ver a minha cidade, Brasília, seguir esse caminho, Desejo com toda a sinceridade, independentemente de disputa, de briga política, ver a educação em tempo integral ser implantada nesta cidade.

Tenho ouvido críticas ao projeto da educação em tempo integral, mas penso que o Governo tem o mérito de ter colocado esse tema em discussão, em pauta. Já houve outras experiências: os CIEPs no governo Leonel Brizola, no Rio de Janeiro; os CEUs, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy em São Paulo; os CIACs, os CAICs. Penso que precisamos ter um modelo de educação pública que passe por uma educação integral. Acho que é esse o caminho. Vejo isso como um avanço. Só espero que seja feito com seriedade.

A segunda coisa da qual eu gostaria de falar está relacionada ao fato de eu ter recebido um *e-mail* do Fábio Maia, em que ele diz que morreu um ente querido e ele adquiriu um jazigo. Ao chegar ao cemitério, ele solicitou um parcelamento. Nesse momento, em vez de sentir que estava no cemitério, ele diz que parecia estar num banco, pois o parcelamento ficou condicionado ao fato de o seu nome estar sem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	5

restrições no SPC e SERASA, e ainda lhe foram exigidas referências comerciais e pagamento de juros pelo parcelamento.

Aí ele pergunta: "Sr. Deputado, será que uma pessoa com nome sujo no SPC não pode sepultar uma pessoa? É legal essa empresa cobrar juros pelo parcelamento de um jazigo?". E mais: além disso, sem nenhuma explicação, eles emitem um carne de taxa de manutenção no valor mensal de R\$ 31,00 (trinta e um reais) por prazo indeterminado. Ou seja, se a pessoa estiver com o nome no SPC ou SERASA e morrer um ente querido seu, e essa pessoa não tiver como pagar à vista, o serviço social é acionado e a pessoa é sepultada em uma vala coletiva.

Acho que isso não é correto, Penso que esta Casa tem o dever de investigar essa situação, por isso é que há tempos peço a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar os cemitérios do Distrito Federal. Não é para cometer injustiças a quem quer que seja, mas apenas para que se apure e se produza uma nova legislação, se for o caso, sobre o tema. É preciso que os responsáveis sejam punidos e que sejam reduzidos bruscamente os preços praticados nos cemitérios e nas funerárias do Distrito Federal,

Hoje os preços são exorbitantes, abusivos e muito além dos de outras unidades da Federação neste país.

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado Reguffe, quero ser solidário a V.Exa. no que se refere a essa sua preocupação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	6

Quero dizer que realmente algo tem de ser feito por essas pessoas. Não somente as pessoas com restrição no SERASA, mas todas as pessoas de Brasília hoje têm problemas para enterrar seus entes, principalmente quando se trata de uma pessoa de baixa renda. Não sei se é do conhecimento de V.Exa., mas hoje as pessoas de baixa renda da nossa cidade, infelizmente, têm de ir a Brasília, a Águas Lindas, a cidades do Estado de Goiás para enterrarem seus mortos. Nesses locais, em média, enterra-se uma pessoa com R\$ 400,00(quatrocentos reais) ou R\$ 500,00(quinhetos reais). Aqui não se enterra ninguém com menos de R\$3.000,00(três mil reais) ou R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Aquelas tabelas mostradas com preços abaixo desse valor são mentirosas. Ninguém consegue um preço abaixo de R\$3.000,00 (três mil reais) dentro do Distrito Federal,

É uma vergonha termos de levar as pessoas que nasceram no Distrito Federal para serem enterradas no interior de Goiás, onde as condições são muito melhores do que na nossa cidade. Portanto, Deputado Reguffe, parabênizo V.Exa. pela iniciativa. Tem meu total apoio nessa luta,

DEPUTADO REGUFFE - Agradeço o aparte do Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO BERINALDO PONTES -- Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado Reguffe, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela abordagem do tema. Observamos que hoje há um grande comércio que gera lucros extraordinários. Cito aqui o exemplo do Cemitério de Planaltina, onde todos eram enterrados por meio de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	7

um sistema convencional. Porém, hoje tudo está tão lucrativo, que estão sendo construídos os verticais, pois uma área menor, um espaço menor vai gerar mais lucros do que já gera hoje.

Portanto, a CPI dos Ossos, uma proposição de V.Exa., ao fazer um trabalho sério com Parlamentares comprometidos com o interesse da sociedade, mostrará a vergonha que está por trás dessa máfia dos cemitérios do Distrito Federal,

DEPUTADO REGUFFE - Agradeço o aparte do Deputado Berinaldo Pontes.

Para encerrar, quero dizer que vejo sempre entrar CPI, sair CPI sem que, ao final, apareça resultado prático algum para a população - e a população critica as comissões parlamentares de inquérito por conta disso.

Eu espero, e vou lutar incessantemente para que, ao final da CPI dos Cemitérios, tenhamos uma queda brutal dos preços praticados nos cemitérios e funerárias do Distrito Federal. Não há nada pior em um momento de dor que levar uma verdadeira facada, ser vítima de um verdadeiro assalto à mão armada. É cobrado um valor abusivo, e a pessoa naquele momento acaba pagando qualquer coisa. Cabe a quem tem responsabilidade pública nesta cidade defender essas pessoas que sofrem esse tipo de achaque.

Pretendo lutar incessantemente por uma queda nos preços praticados nos cemitérios do Distrito Federal.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	8

Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Como Líder. Sem revisão da oradora.)

- Sr, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas presentes, boa-tarde a todos.

Duas questões trazem-me aqui hoje. Primeiro, hoje será apreciado o veto a um projeto de minha autoria em parceria com o Hospital de Apoio, que beneficiará pessoas coagulopatas. A idéia seria criar centros multidisciplinares para atendimento específico de pessoas hemofílicas e portadoras de doenças neurodegenerativas.

Falo isso por experiência própria. Meu filho é hemofílico. Se um hemofílico não receber atendimento adequado, pode morrer em uma emergência de hospital. Portanto, eu gostaria de contar com os nobres Deputados para a apreciação e derrubada desse veto. Se derrubarmos o veto, isso será muito importante para as pessoas que sofrem nos hospitais sem o atendimento adequado.

O segundo motivo que me traz aqui - peço especialmente o apoio da Deputada Eurídes Brito - é que há seis meses estive com o Secretário Valente e detectamos que um dos maiores problemas do Ensino Médio é a evasão escolar, A grade do Ensino Médio é muito complexa. São treze matérias que os alunos têm de estudar em um ano letivo. As salas são superlotadas.

Apresentamos ao Secretário um projeto que prevê a divisão desses componentes curriculares pela metade. Eu gostaria de conversar mais tempo com V.Exa, que tem experiência nessa área, e enriquecer esse projeto para que possamos receber uma resposta do nosso Secretário. Sei que ele tem feito um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	9

trabalho fantástico à frente da Secretaria. A parceria da Secretaria de Educação com o SENAC para a profissionalização dos estudantes tem sido fantástica. Portanto, solicito o apoio dos Srs. Deputados para que em conjunto façamos um projeto para o Ensino Médio. Hoje o maior problema é a evasão escolar. O aluno não dá conta de estudar todas aquelas matérias. Conseqüentemente, ficamos sem qualificação em nossa sociedade.

Aproveito esta oportunidade também para parabenizar o Deputado Reguffe por suas considerações sobre educação. Estamos precisando de mais defensores nesta Casa, porque os países do Primeiro Mundo concentram sua energia e seus recursos na educação e são eles que sobressaem no mundo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a inversão de pauta para o Item nº 5, que trata da questão dos quatro pavimentos no Riacho Fundo I. Esse projeto já foi colocado em votação, mas o voto do Relator, Deputado Aylton Gomes, só diz respeito às emendas e não ao projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28.02.2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	10

O Governador sancionará o projeto no Riacho Fundo, mas está na dependência de o colocarmos em pauta, para que o Relator se manifeste também sobre o projeto e não somente sobre as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência atenderá a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

O Item nº 5 será incluído na pauta da Sessão Extraordinária, de acordo com a decisão das lideranças.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Independente. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras, e Srs. Parlamentares, Srs. profissionais da imprensa, todos os presentes nas galerias da Câmara Legislativa, especialmente os representantes do Sindicato dos Quiosques e todas as pessoas que militam nessa área.

O que me traz a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, é o episódio que ocorreu, nesse domingo, na cidade de Ceilândia, com o Sr. Gilmar, dono de um quiosque. Esse senhor teria sido espancado por policiais militares e está na UTI, correndo risco de morte. Pelo rumo das investigações, isso ocorreu porque em frente ao quiosque há uma drogaria, cujo dono é um policial mais graduado que, em função de o volume do som ser muito alto, convocou alguns policiais, que espancaram esse senhor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	11

O que está no pano de fundo desse lamentável episódio, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é a situação dos quiosques do Distrito Federal. As pessoas que trabalham hoje em quiosques em Brasília estão submetidas a um verdadeiro terrorismo feito pela fiscalização que, a todo o momento, diz que vai derrubar os quiosques ou que vai fechá-los por falta de legalidade. Então, não há nenhum tipo de segurança para as pessoas que militam hoje nessa área. Há também o terrorismo por conta de um decreto do Governo que dá ao policial militar autoridade para, a qualquer momento, fechar um estabelecimento.

Eu queria fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal para que, o mais rápido possível, busque um mecanismo de regularização, de regulamentação dos quiosques de Brasília, como, por exemplo, estão fazendo com as igrejas e propondo no Plano Diretor de Ordenamento Territorial para algumas cidades.

Os donos de quiosques de Brasília não podem ser submetidos a esse tipo de situação, a esse tipo de terrorismo.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Ouço o aparte de V.Exa,

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) - Deputado Rogério Ulysses, é com muita tristeza que vejo registrado mais uma vez, na nossa grande cidade de Ceilândia, um episódio desse tamanho, com um pai de família vítima da violência. Quero fazer das suas palavras as minhas, pois sou solidária aos quiosqueiros. Sabemos que são pais de família, são trabalhadores e precisam dos seus espaços para trabalhar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	12

Temos também conhecimento de que o nosso Governador tem interesse na regularização, o mais rápido possível, dos quiosques. Mas pedimos que isso seja agilizado e que se dê a esse povo condição de trabalhar e sustentar as suas famílias com tranqüilidade.

Muito obrigada pela oportunidade deste aparte.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Agradeço o aparte da Deputada Luzia de Paula.

Quanto aos quiosques, na verdade, o Governo herdou uma situação que já existe há anos em Brasília. O que precisamos é de uma regulamentação. Queremos pedir ao Governo do Distrito Federal que, a exemplo do que está fazendo com as igrejas, seja oferecida aos proprietários dos quiosques do Distrito Federal uma alternativa concreta de regularização, para que eles não fiquem à mercê de situações como essa que ocorreu na Ceilândia e de outras que têm acontecido nas mais diversas formas em todo o Distrito Federal.

Não quero generalizar porque sei que, na Polícia Militar do Distrito Federal, temos ótimos profissionais e policiais. Mas eu queria, publicamente, lamentar a postura desses policiais, porque o homem que veste uma farda e é responsável pela segurança do público não pode ter atitude de criminoso. Essa atitude engendrada contra aquele senhor, na Ceilândia, foi claramente de milícia e de criminosos.

DEPUTADO CHICO LEITE - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES -- Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	13

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, em primeiro lugar, quero ressaltar a importância, a competência e a honrabilidade da nossa gloriosa Polícia Militar. Agora, até nas melhores famílias, temos lamentavelmente membros que as envergonham, como há em qualquer instituição. Então, é preciso que não se confunda a ação dessa instituição honrosa com a ação desses maus profissionais.

Ainda é preciso salientar que é fundamental que o Governo do Distrito Federal tome duas providências urgentes. A primeira, como bem disse V.Exa., é efetivamente individualizar a responsabilidade dessas pessoas, já que o Sr. Gilmar é um trabalhador respeitado. É preciso processá-los e puni-los, em nome do que fizeram à comunidade da Ceilândia, em nome dos quiosqueiros, dos trabalhadores, do Sr. Gilmar e, principalmente, em nome da própria Polícia Militar.

Em segundo lugar, é fundamental que tenhamos regras de acordo com a ordem urbanística e com o interesse daqueles que querem ganhar o pão de cada dia lícita e honestamente. É preciso regularizar os quiosques com regras para todos, sem privilégios e, efetivamente, segundo a lei. Tenho postulado isso junto ao Governo. Estive com o Sr. Secretário Raimundo Ribeiro pelo menos em duas audiências, e S.Exa. me disse que há um projeto em estudo.

Era isso que eu tinha a dizer como aparte ao pronunciamento de V.Exa. Muito obrigado.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	14

Sr. Presidente, acredito que Brasília, uma cidade tombada pelo patrimônio histórico, merece tratar a questão dos quiosques com a maior disciplina, lisura e isenção possível. O que não pode é, em função de erros do passado, haver hoje uma massa de trabalhadores na informalidade e na insegurança, sujeitos a qualquer tipo de ação, tanto por parte de fiscais do Governo do Distrito Federal quanto pela participação de policiais militares, como nesse lamentável episódio ocorrido em Ceilândia.

Na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, da qual sou Vice-Presidente, e na Comissão de Segurança, juntamente com seu Presidente, Deputado Cabo Patrício, tenho certeza de que estaremos acompanhando esse caso, para que esses maus policiais não saiam impunes desse ato lamentável que ocorreu aqui no Distrito Federal.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, realmente a situação que aconteceu é lamentável, mas temos nos quadros da Polícia Militar excelentes profissionais, bem remunerados e qualificados. Com certeza, essa é a melhor polícia de todo o País.

É preciso que o fato seja rigorosamente apurado, justamente para que se tire do quadro todos aqueles que exorbitam do poder, mas o fato tem de ser minuciosamente apurado. Temos de dar amplo direito de defesa àqueles que são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	15

acusados, para que a instituição, a Corregedoria não cometa nenhuma injustiça contra qualquer pessoa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a inversão de pauta do Item nº 9, se possível, que trata de um título de Cidadão Honorário ao Secretário Izalci Lucas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Acato a solicitação de V. Exa. Incluo o item referido na sessão extraordinária. Assim que terminarem os Comunicados de Parlamentares, iniciaremos a sessão extraordinária.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da imprensa, queridos amigos da comunidade do Distrito Federal que regularmente prestigiam as nossas reuniões plenárias, assessores da Casa, neste horário da Liderança do PMDB, eu gostaria de trazer à reflexão dois temas, em parte motivada pela abordagem do Deputado Reguffe na tribuna hoje. S.Exa. falou de algumas questões relacionadas à Educação.

O Deputado Reguffe, com muita firmeza e objetividade, trouxe à baila a questão da educação integral. Eu, recentemente, também publiquei um artigo no *Jornal de Brasília* em defesa da educação em tempo integral e sugeri algumas





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	17

depois o próprio Plano Nacional de Educação efetivou o conceito corretíssimo do Ensino Infantil ao Ensino Médio, dando a esses ciclos o nome de Educação Básica.

Então, a Constituição precisa ser emendada no capítulo da Educação, em que diz: "no Ensino Fundamental obrigatório", que já deveria ter sido mudado para Educação Básica obrigatória, para que os Governos Federal, Estadual e Municipal possam obrigatoriamente adequar os seus problemas. Esse é o primeiro equívoco.

Ainda adiante, quando trata dos programas assistenciais, a Constituição diz que os alunos do Ensino Fundamental receberão transporte escolar e outras modalidades de assistência essenciais ao seu desempenho escolar. Ora! O conceito de Ensino Fundamental de oito anos, agora nove, já não é mais o da Educação Básica, que já foi alargado. Já desceu para a fase menor da Educação Infantil e já subiu para a faixa do Ensino Médio para acompanhar o que acontece no mundo, nas nações que se querem fazer respeitar.

Sr. Presidente, o outro aspecto que me preocupa diz respeito também à Educação, desta vez inserida na Reforma Tributária. A Reforma Tributária está prevendo a extinção de uma das coisas mais acertadas que ocorreram no País, nos últimos quarenta anos, em defesa de recursos para a Educação, que foi a criação do salário-educação. É claro que ao mundo empresarial não interessa ter em sua folha de pagamento o desconto para o salário-educação. Então, na Reforma Tributária se propõe essa extinção, É a alegria do Ministro da Fazenda e dos Secretários.

Nós aqui na Câmara Legislativa não deveremos deixar passar esse assunto despercebido. E o interessante é que eu estou ouvindo sempre falar da Reforma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	18

Tributária, Muitos segmentos da sociedade estão indo até o Presidente da República; há outros que estão constituindo grupos para lutarem contra isso, contra aquilo. E eu vi apenas um grupo de uma entidade, que depois também se calou, dizer que é contra a extinção do salário-educação. Ele veio para quê? Veio para ser um recurso orçamentário a mais na Educação, para melhorar os programas educacionais. E os Secretários de Fazenda, o Ministro da Fazenda, os Governantes não podem desviar nenhum tostão do salário-educação.

Sr. Presidente, acredito que este assunto é mais importante que o tempo que estou utilizando. Essa tese é a salvação das crianças brasileiras. É uma tese de recursos para a Educação. Não estamos falando de nenhum assunto que diga respeito a nós. Ao contrário, estamos falando da Educação do povo brasileiro. Portanto, por favor, Sr. Presidente, me dê um minuto a mais para que eu possa terminar este assunto importante.

Espero apenas que nos organizemos para não deixarmos que tirem da Reforma Tributária a contribuição do salário-educação, que tem feito a sobrevivência da Educação Nacional ao longo de quase quarenta anos.

DEPUTADO REGUFFE - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA EURIDES BRITO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Deputada Eurídes Brito, no momento em que a atividade política foi quase criminalizada, eu, acima de qualquer divergência política ou divergência partidária, respeito as pessoas que lutam por causas, as pessoas que procuram a vida pública para lutar por causas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 ' 02 ' 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	19

A luta de V.Exa. em defesa de uma educação pública de qualidade tem o meu respeito, a minha admiração, porque eu penso que se todas as pessoas que estão na vida pública se preocupassem em aumentar recursos para a educação pública, teríamos, talvez, um País diferente. Apenas com investimentos pesados na Educação, mudaremos de verdade este país.

Congratulo-me com V.Exa. e parablenzo-a pelo dia de hoje, pois é seu aniversário. Acima de qualquer diferença política, está o meu respeito por quem luta por uma causa, principalmente se essa causa for a Educação.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, concludo o meu pronunciamento pelo PMDB.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputada Eurides Brito, não solicitei um aparte a V.Exa., mas concordo que a reforma tributária, cuja discussão se inicia no Congresso Nacional, beneficia todo o povo brasileiro, não apenas uma pequena elite que domina o País há vários anos. Que essa reforma tenha como perfil, como caráter, a distribuição de renda e a manutenção de serviços públicos que garantam igualdade de tratamento a todos os brasileiros, como a saúde, a segurança e a educação.

Penso até que a lição da CPMF -- menos do que o imposto que se pagava - foi o simbolismo de se acabar com recursos que poderiam melhorar, e muito, a saúde pública do nosso país, Espero que essa reforma tributária tenha como perfil o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	20

atendimento dos interesses da população brasileira e não de uma pequena parcela de setores da elite.

Ainda a respeito desse assunto, com as devidas diferenças, chamo a atenção dos Parlamentares nesta tarde. Falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. O que parecia improvável aconteceu. O IPTU enviado para a casa dos moradores do Distrito Federal traz uma série de ilegalidades e irregularidades. Para se ter uma idéia, houve aumento da ordem de mais de 300% em uma residência classificada como de uso misto - o percentual exato é de 319,83% de reajuste já no segundo carne. E sabemos que esta Casa aprovou o limite de reajuste na ordem de 16,58%.

Lemos hoje matéria no *Correio Braziliense* que mostra a corrida dos moradores desta cidade para as agências da Secretaria de Fazenda. Essas agências estão lotadas de pessoas que não estão apenas querendo quitar ou receber o desconto de 5%, mas desejam resolver os vários equívocos mais uma vez cometidos pela Secretaria de Fazenda. Esta Casa não pode aceitar que os técnicos do Governo do Distrito Federal alterem o que foi aprovado pelo Plenário de forma soberana.

Mesmo após a emissão dos novos carnês, o GDF continua errando na cobrança do IPTU. Os problemas concentram-se nos imóveis de uso misto, que não são poucos. Isso está afetando todas as regiões administrativas do Distrito Federal, pois não são poucos imóveis.

O Governo alterou, administrativamente, a categoria do imóvel residencial para comercial e, com isso, os proprietários passam a pagar uma alíquota, em vez



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	21

de 0,3%, de 1% sobre o valor do imóvel. Mais que o triplo do valor do IPTU de 2008! Mais que o triplo - repito -, sendo que o art, 7º do projeto aprovado por esta Casa não permitia e não permite que o Governo altere a classificação em que o imóvel estava no ano passado. Ele diz o seguinte, Deputado Wilson Lima, Presidente desta sessão: "O acréscimo nos valores da pauta de valores venais de terrenos e edificações para o exercício de 2008, de que trata o art. 1º, não poderá ultrapassar o percentual de 16,58% em relação aos valores de 2007, desde que mantidas inalteradas as características da natureza física e jurídica do lançamento de 2007".

Ora, o lançamento de 2007 dizia que aquela propriedade era de uso misto, portanto o Governo não poderia, em 2008, mudar de maneira administrativa aquilo que estava estabelecido no ano anterior, mas o fez.

Deputado Wilson Lima, peço mais um tempo a V.Exa. para exemplificar o fato, falando sobre um imóvel de uso misto da Candangolândia, cujo valor do IPTU de 2007 foi de R\$ 432,00 (quatrocentos e trinta e dois reais) e o valor do atual IPTU, já no segundo carnê, é de R\$ 1.814,00 (um mil oitocentos e quatorze reais). Um aumento, portanto, de 319%, Trezentos e dezenove por cento de aumento no IPTU, quando esta Casa, o Vice-Governador, o Governador, o Secretário de Fazenda anunciaram para a sociedade que não haveria aumentos acima de 16,58%!

Hoje, as agências da Secretaria de Fazenda estão lotadas. Mas não é para morador pagar o IPTU à vista, não; é para pedir que a Secretaria de Fazenda corrija o abuso que está cometendo com os contribuintes do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	22

Esse estudo preparado pela assessoria da CEOF e pela assessoria de companheiros servidores da Câmara Legislativa, em virtude das denúncias de moradores de todas as cidades do Distrito Federal que moram em imóveis, como eu já disse, classificados como de uso misto, precisa de uma resposta desta Casa. Esta Casa aprovou ou não aprovou o limite de 16,58% no IPTU, Deputado Chico Leite?

DEPUTADO CHICO LEITE - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado Paulo Tadeu, em sendo regimental, esta Casa pode - é preciso que estudemos todos juntos - suspender, por decreto legislativo, esses atos administrativos que superam seus limites de competência. É um escândalo essa sanha arrecadadora!

E o que mais lamento não é apenas isso, é também a já posta em prática, Deputada Eurides Brito, Lei nº 4.081, de 2008, que mereceu representação da bancada do Partido dos Trabalhadores ao Ministério Público, no ano passado. O PT representou ao Ministério Público da União no sentido de oferecer uma ação declaratória de inconstitucionalidade contra aquela lei que permitia a terceirização, E não apenas por isso, mas por causa do malfadado programa de saúde bucal em que os cirurgiões-dentistas, que são área-fim, estão enquadrados naquele dito programa Dentista na Escola. Em vez de chamar os concursados, respeitar a regra constitucional do concurso público, querem fazer um convênio, particularizando, privatizando instituições privadas para prestarem os serviços.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	23

Enquanto a Secretaria de Fazenda erra gravemente por uma medida política própria da sanha arrecadadora, recebemos - nós, que aprovamos suprapartidariamente o limite de 16,58% - um ofício enviado à bancada do partido - tenho a impressão de que deve ter sido enviado a todos os Parlamentares - pela Associação Brasileira de Odontologia e pelo Sindicato dos Odontologistas, que diz que, lamentavelmente, já está em prática o malfadado programa "terceirizante" de atividade-fim, o que também é um escândalo. E olhem que ele está *sub judice* \ Era preciso aguardar. Será que nós estamos diante de um Governo que desobedece à Constituição e à lei?

E mais: nós aprovamos, Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, nobre Líder Deputado Paulo Tadeu, Deputada Eurides Brito - que com seu voto inclusive ponderou que gostaria de tê-la subscrito - a indicação de autoria da nossa bancada, a fim de impedir a transferência da Secretaria de Educação para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Diretoria de Educação Profissional, do Centro Educacional de Educação Profissional Colégio Agrícola de Brasília, da Escola Técnica de Brasília, do Profissional de Ceilândia e do Profissional de Saúde, verdadeiramente tirando o caráter de Educação. Nós sabemos o grave risco que corre a população, os beneficiários, a Educação no Distrito Federal e os profissionais da Educação com essa transferência.

Deputado Paulo Tadeu, a par do grave relato que V.Exa. faz, temos mais esses dois gravíssimos equívocos de política gerencial e de política ideológica do Governo do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	24

DEPUTADO PAULO TADEU - Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, gostaria de chamar para esse debate o Líder do Governo nesta Casa, Deputado Leonardo Prudente. O Governo não poderia ter feito as alterações de classificação desses imóveis da maneira como foi feita. A lei não permitia que o Governo fizesse isso.

Deputado Wilson Lima, imagine um pequeno comerciante do Gama, onde V.Exa. tem uma base eleitoral forte, que usa aquele imóvel de maneira mista, comércio e residência, e que continua mista porque mora e tem o seu comércio lá. O Governo simplesmente altera o uso misto para uso comercial. O IPTU do imóvel dele está sendo reajustado - como citei anteriormente - em valores bem superiores a 300%.

Deputado Chico Leite e Deputado Paulo Roriz, Presidente da CEOF, sugiro que convoquemos a Secretaria de Fazenda para prestar esclarecimentos a esta Casa e à sociedade do Distrito Federal sobre o motivo de tal alteração, uma vez que sabemos que aquele imóvel não sofreu alteração de uso. Ele continua sendo de uso misto e a Secretaria de Fazenda, por meio de uma manobra administrativa, alterou o uso daquele lote para uso comercial, aumentando o valor do seu IPTU para um valor bem acima dos 16,58%, valor estabelecido por esta Casa.

Não podemos, Deputado Paulo Roriz, aceitar que aquilo que o Plenário aprova seja mudado por burocratas do Governo. Esta Casa limitou o aumento em 16,58%, e os burocratas estão mudando o cálculo do IPTU.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	25

DEPUTADO PAULO TADEU - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) -

Deputado Paulo Tadeu, eu gostaria de reconhecer a importância do debate e da preocupação de V.Exa. Há uma orientação da Secretaria de Fazenda para que não paguem o IPTU aqueles contribuintes que se considerem prejudicados, aqueles contribuintes cujo valor do IPTU de seu imóvel esteja acima do teto estipulado por esta Casa, 16,58%, ou que tenham o seu imóvel fora da sua destinação comercial ou residencial. Eles têm até o dia 12 de março para requerer as alterações junto à Secretaria de Fazenda. Se o contribuinte tiver razão, certamente não haverá a imputação de nenhuma multa, e a correção será feita.

Deputado Paulo Tadeu, há um detalhe: se o imóvel de uso misto for um imóvel onde se tem residência e ao mesmo tempo haja comércio de bens, neste caso não há amparo por parte da legislação. A redução de 1% e a manutenção para 0,3% nos mesmos moldes do imóvel residencial é para aqueles imóveis vinculados ao ISS, apenas prestadores de serviço que também usam o imóvel para atividades comerciais.

Portanto, é importante separarmos essa questão, mas qualquer contribuinte que se sentir lesado ou prejudicado tem até o dia 12 de março para requerer a correção.

DEPUTADO PAULO TADEU - Agradeço o aparte do Deputado Leonardo Prudente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28/02/2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	26

Deputado Leonardo Prudente, gostaria de esclarecer a V.Exa. que o art. 7º da lei que aprovamos nesta Casa estabelece, no final do seu parágrafo, o seguinte: "o percentual máximo de reajuste é de 16,58%, desde que mantidas inalteradas as características de natureza física e jurídica do lançamento de 2007". Então, se o lançamento de 2007 classificou o imóvel de uso misto, agora em 2008 o Governo não pode fazer uma alteração de maneira administrativa. A lei proíbe isso! O que está valendo é a classificação de 2007, e não a feita para 2008 pelos técnicos do Governo.

Portanto, o que está acontecendo é que o imóvel continua misto, não houve alteração, Ele é residencial e é comercial. Continua a mesma classificação do ano passado, O que os técnicos fizeram? De maneira unilateral, reclassificaram esses imóveis para uso comercial.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Deputado Paulo Tadeu, quando votamos o projeto no ano passado, foi feita uma emenda de nossa autoria que, no campo das exceções, citava o aumento da área construída e também a mudança de natureza do imóvel.

Portanto, está contemplada, sim, no exercício de 2007, lançamento do ano passado, a opção de a Secretaria fazer a reavaliação quanto à mudança de natureza. É importante V.Exa. checar bem essa questão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	27

DEPUTADO PAULO TADEU - Mas é exatamente isso que estou comunicando a V.Exa., Deputado Leonardo Prudente. Não houve alteração da classificação do imóvel. Não houve! O imóvel continua de uso misto. Portanto, os técnicos não poderiam fazer essa alteração.

Deputado Leonardo Prudente, apenas para V.Exa. ter uma idéia, eu recebi a segunda emissão do carne do IPTU, no qual o aumento, após essa mudança administrativa, chega a 319,83% na Candangolândia. Apenas de um ano para outro! Isso não foi aprovado por esta Casa. O artigo que nós discutimos e aprovamos de consenso, e que foi sancionado pelo Governador, não permitia essa alteração, Deputado Leonardo Prudente, Está escrito na lei!

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU - Ouço o aparte de V.Exa,

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Está errado, Deputado. V.Exa. tem razão. É possível que haja erros, até porque são seiscentos, setecentos mil contribuintes. Portanto, encontrar um, dois ou alguns carnes errados, não digo que é natural, não deveria haver erro, mas V.Exa. tem razão e certamente o Governo não se furtará de fazer as correções.

DEPUTADO PAULO TADEU - Eu mantenho a posição de convocarmos, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ou pelo Plenário, um representante da Secretaria de Fazenda para explicar a esta Casa o porquê dessa ação que vem de encontro à Lei aprovada por esta Casa.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 ' 02 ' 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Esta Presidência faz um apelo aos Parlamentares inscritos, para que possamos entrar diretamente na Ordem do Dia, negociar veto a veto e, quando houver consenso, votarmos. Aqueles que não tiverem, tentaremos uma negociação ou os retiraremos da pauta. (Pausa.)

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a respeito da condução dos trabalhos desta tarde, nós construímos ontem um acordo com os Líderes e ficou estabelecido que hoje faríamos um debate acerca dos vetos e, em seguida, passaríamos à apreciação.

O Deputado Raad Massouh solicitou, diante da urgência da aprovação de dois projetos de decreto legislativo, uma vez que já estava programada a entrega dos títulos, que os apreciássemos ainda nesta tarde. Então, só para ficar claro que, além do acordo, e aí poderá ser veto ou o que o Governo desejar, é importante que o pedido do Deputado Raad Massouh seja atendido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Paulo Tadeu, a sugestão de V.Exa. é a suspensão da sessão para discutir os vetos, ou podemos seguir da forma como eu falei?

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, parece-me que há dois vetos em que existe acordo pela rejeição. Entretanto, para os demais vetos, como é preciso votação qualificada, é importante que haja negociação veto a veto.

Então sugiro, se V.Exa. me permitir, que nós possamos apreciar os dois vetos já discutidos, que são objeto de acordo, e suspender os trabalhos da sessão para discutir os demais vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputada Erika Kokay, a sugestão de V.Exa. vai ao encontro da minha sugestão. (Pausa.)

Deputada Erika Kokay, a Assessoria alerta aqui que há três vetos na pauta, e para dois desses já existe acordo. Assim, nós poderíamos continuar a sessão, e os Parlamentares interessados no terceiro veto poderiam tentar, aqui no plenário mesmo, chegar a um acordo, chegar a um consenso. Sugiro isso para que possamos adiantar a votação.

Deputada Jaqueline Roriz, há um veto a um projeto de V.Exa. (Pausa.)

Dá-se início à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	30

ORDEM DO DIA.

Item nº 3:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 79, de 2007, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que "dispõe sobre os centros multidisciplinares de atendimento, orientação e acompanhamento de hemofílicos e portadores de doenças neurodegenerativas, e dá outras providências".

Relator: Deputado Brunelli - CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO **DISTRITO FEDERAL**

RELATÓRIO N° , DE 2007.

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei N° 79, de 2007, que *dispõe sobre os Centros **Multidisciplinares** de **atendimento**, orientação e acompanhamento de hemofílicos e portadores de doenças **neurodegenerativas** e dá outras providências.*

RELATOR: Deputado **BRUNELLI****I – RELATÓRIO**

O Governador do Distrito Federal, por meio da Mensagem N° 281, 2007, comunica à Presidência desta Casa que opôs veto total ao Projeto de Lei em epígrafe, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Projeto de Lei em questão, de autoria da Deputada **Jaqueline Roriz**, versa sobre normas para a instalação de Centros Multidisciplinares de atendimento, orientação e acompanhamento de hemofílicos e portadores de doenças neurodegenerativas.

De acordo com a proposição, os Centros Multidisciplinares serão instalados nos hospitais públicos e contarão com corpo profissional especializado em diferentes áreas da medicina, além de **psicólogo**, assistente social e professor de educação física.

Ao Poder Público caberá manter cadastro atualizado dos **pacientes**; disponibilizar número de telefone com **ligação** gratuita; celebrar **convênios** e outros instrumentos de cooperação com órgãos públicos **federais**, estaduais, municipais e universidades e organizações **não-governamentais**, bem como a regulamentação da Lei no prazo de noventa dias.

Além disso, prevê que o Serviço de Atendimento Móvel de **Emergência** (SAME) deverá receber informações sobre os hospitais que já disponham dos Centros Multidisciplinares à medida que essas unidades forem sendo instaladas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL n° 79 / 07

Fls. n° 23

As despesas com a implantação da medida serão supridas com dotações orçamentárias próprias.

Para a Autora, a **medida** irá propiciar atendimento especializado aos portadores de hemofilia e de doenças degenerativas tanto nas situações emergenciais como nas de atendimento de rotina.

Encaminhado para exame das Comissões de Educação e Saúde e de Constituição e **Justiça**, foi o Projeto aprovado em ambas com emenda aditiva do relator na **Comissão** de mérito. Com a **iniciativa**, foi incluído o profissional de educação física na equipe multidisciplinar de atendimento aos pacientes e aperfeiçoada a redação do § 2º do **art.2º**. Sem qualquer alteração, foi a matéria aprovada em Plenário em 1º e 2º turnos.

Ao expor as razões do **veto**, O Governador do Distrito Federal destaca os louváveis propósitos da Autora, mas indica óbices de natureza jurídica que impedem o acatamento do Projeto.

Primeiramente, aponta que a matéria se insere no rol daquelas de competência material e legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo local, com fulcro no art 100, incisos IV, VI e X da Lei Orgânica do Distrito Federal. Tais dispositivos conferem competência privativa ao Governador para **exercer, com auxílio dos Secretários de Governo, a direção superior da administração do Distrito Federal; iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica e dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal, na forma desta Lei Orgânica.**

Ainda como motivo para o veto, o Chefe do Executivo argumenta que a propositura interfere nas atribuições de órgãos e entidades da Administração Pública local, em flagrante ofensa ao art. 71, § 1º, incisos II, IV e V. O mandamento citado e seus incisos declaram ser competência privativa do Governador a iniciativa de leis que **disponham sobre servidores públicos do Distrito Federal, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; criação, estruturação, reestruturação, desmembramento, extinção, incorporação, fusão e atribuições das Secretarias de Governo, Órgãos e entidades da administração pública e plano plurianual, orçamento anual e diretrizes orçamentárias.**

Por fim, entende que a proposição contraria o art. 53 **caput** e § 1º da Lei Orgânica que consagram como independentes e harmônicos entre si os **Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal**, sendo vedada a delegação de atribuições entre esses Poderes.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação do veto total oposto ao Projeto de **Lei nº 79, de 2007.**

Sala das Sessões, em

2007.

DEPUTADA EURIDES PRESIDENTE

DEPUTADO BRUNELLI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

*VL* nº *79* / *07*  
Fls. nº *24* *(P)*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28.02.2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) AO(S) : \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) 79/07

Autor: Deputado(a): Jaqueline Roriz

G Executivo

Relator: Deputado(a): Brunelli

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X
	BENÍCIO TAVARES	PMDB		X		
	BERINALDO PONTES	PP		X		
	BISPO RENATO	PR		X		
	<b>BRUNELLI</b>	DEM		X		
	CABO PATRÍCIO	PT		-X		
	CHICO LEITE	PT				X
	<b>CRISTIANO ARAÚJO</b>	PTB				X
	DOUTOR CHARLES	PTB				X
	<b>ÉRIKA KOKAY</b>	PT		X		
	EURIDES BRITO	PMDB		X		
	<b>JAQUELINE RORIZ</b>	PSDB		X		
	LEONARDO PRUDENTE	DEM		X		
	LUZIA DE PAULA	PSL		X		
	MILTON BARBOSA	PSDB		X		
	PAULO RORIZ	DEM		X		
	PAULO TADEU	PT		X		
	PEDRO DO OVO	PMN		X		
	RAAD MASSOUH	DEM		X		
	REGUFFE	PDT				X
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB		X		
	RÔNEY NEMER	PMDB		X		
	WILSON LIMA	PR		X		
	ALÍRIO NETO	PPS		•A		
	TOTAL			19		5.

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	19	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	05		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/PL Nº 79/07

FOLHA NO 259



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos contrários. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz para declaração de voto.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu agradeço a todos os Deputados que participaram dessa votação. Alguns assuntos estão acima de ideologia, estão acima de partidos nesta Casa. Portanto, agradeço a cada um dos Parlamentares em nome da comunidade hemofílica e da comunidade de coagulopatias.

Muito obrigada.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT, Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Deputada Jaqueline Roriz, pois considero a causa dos hemofílicos um assunto que deveria ter maior atenção por parte daquelas pessoas que têm responsabilidade na vida pública.

Parabéns, Deputada Jaqueline Roriz!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Eu aproveito a oportunidade para justificar a ausência do Deputado Cristiano Araújo. Deputada Jaqueline Roriz, Srs. Deputados, S.Exa. acabou de telefonar e afirmou que gostaria de estar aqui para votar esse veto, mas em virtude de estar gravando um programa eleitoral neste momento, não pode estar presente. Afirmou ainda que se estivesse presente, estaria junto com V.Exa. nessa luta, Deputada Jaqueline Roriz.

Item nº 1:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 194, de 2003, de autoria do Deputado Brunelli, que "isenta do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Distrito Federal os desempregados e pessoas com renda familiar de até dois salários mínimos, e dá outras providências".

Relator: Deputado Milton Barbosa - CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Srs, Deputados, é o seguinte o relatório:

**RELATÓRIO Nº /2008**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre O VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI Nº 194, de 2003, que *isenta o cidadão desempregado do pagamento da taxa de inscrição em concurso promovido pelos órgãos públicos do Distrito Federal.*

RELATOR; Deputado MILTON BARBOSA

Por intermédio da Mensagem nº 250/2007-GAG/SEAP, de 16/10/2007, o Sr. Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei em epígrafe, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

A proposição em tela, de autoria do Deputado Brunelli, isenta do pagamento da taxa de inscrição em concurso público o cidadão desempregado ou carente, que perceba renda familiar igual ou inferior a dois salários mínimos.

À propositura foram apensados os Projetos de Lei nº 1.117/04, de autoria do Deputado Pedro Passos, e nº 419/03, de autoria do Deputado Odilon Aires.

Em sua tramitação nesta Casa, a proposição recebeu Substitutivo na Comissão de Assuntos Sociais, e foi considerada admissível pela Comissão de Economia Orçamento e Finanças e pela Comissão de Constituição e Justiça.

Em sua exposição de motivos, o Sr. Governador argumenta que a proposição impõe, à administração pública distrital, renúncia de receita não prevista nas leis orçamentárias, afrontando o art. 71, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, além de desrespeitar a competência privativa do Chefe do Poder Executivo, no que diz respeito à organização fiscal administrativa e da iniciativa de lei que disponha sobre orçamento, disposto no art. 71, § 1º, inciso V, do mesmo diploma legal.

É o relatório.

Sala das Comissões, em

DEPUTADA EURIDES BRITO  
Presidente

DEPUTADO MILTON BARBOSA  
Relator





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) AO(S) : \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 194103

Autor: **Deputado(a):** Brunelli D Executivo

Relator: **Deputado(a):** Milton Barbosa

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X
	BENICIO TAVARES	PMDB		X		
	BERINALDO PONTES	PP		X		
	BISPO RENATO	PR		X		
	BRUNELLI	DEM		X		
	CABO PATRÍCIO	PT		X		
	CHICO LEITE	PT				X
	<b>CRISTIANO ARAUJO</b>	PTB		X		
	DOUTOR CHARLES	PTB				y
	<b>ÉRIKA KOKAY</b>	PT		X		
	<b>EURIDES BRITO</b>	PMDB		X		
	<b>JAQUELINE RORIZ</b>	PSDB		X		
	LEONARDO PRUDENTE	DEM		X		
	LUZIA DE PAULA	PSL		X		
	MILTON BARBOSA	PSDB		X		
	PAULO RORIZ	DEM		X		
	PAULO TADEU	PT		X		
	PEDRO DO OVO	PMN		X		
	RAAD MASSOUH	DEM		X		
	REGUFFE	PDT		X		
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB		X		
	<b>RÔNEY NEMER</b>	PMDB		X		
	WILSON LIMA	PR		X		
	ALÍRIO NETO	PPS		X		
	<b>TOTAL</b>			<u>21</u>		<u>03</u>

SECRETÁRIO DEP. Wilson Lima

VOTOS "SIM"	-	VETOMANTIDO	
VOTOS "NÃO"	<u>21</u>	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	<u>03</u>		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA NO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos contrários. Houve 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conforme acordo que fizemos, votaremos os dois vetos e votaremos agora o projeto do TARE, que trata da revogação do TARE. Peço a V.Exa. que coloque esse projeto em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Acato o pedido do Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr, Presidente, V.Exa. e eu havíamos justificado a ausência do Deputado Cristiano Araújo. S.Exa. está presente e quer registrar seu voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	36

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto, pois eu estava em plenário, mas o Secretário não ouviu meu voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está registrado.

Então, a Presidência vai retificar o resultado da votação: 21 votos contrários.

Houve 3 ausências.

Total de votantes: 20.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu agradeceria se V.Exa. colocasse em apreciação o Item nº 7 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O Deputado Milton Barbosa havia solicitado a apreciação do Item nº 5. Em seguida, votaremos o Item nº 7, pedido por V.Exa. Eu já havia acatado o pedido do Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, para incluir o Projeto de Lei nº 738, de 2008, como item extrapauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	37

Então, neste momento, votaremos o item extrapauta solicitado pelo Líder do Governo.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 738, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "extingue o regime de apuração introduzido por intermédio da Lei nº 2.381, de 20 de maio de 1999, na Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que 'dispõe quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências'."

É necessária a leitura do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao projeto. Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Paulo Roriz, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PAULO RORIZ - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Solicito ao Relator, Deputado Paulo Roriz, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 738, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "extingue o regime de apuração introduzido por intermédio da Lei nº 2.381, de 20 de maio de 1999, na Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que 'dispõe quanto ao Imposto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	38

sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências'."

Analizamos o referido projeto no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Somos por sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer da CEOF.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria,

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, designo o Deputado Brunelli.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM, Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 738, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "extingue o regime de apuração introduzido por intermédio da Lei nº 2.381, de 20 de maio de 1999, na Lei 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	39

sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências'."

Sr. Presidente, o projeto de autoria do Poder Executivo está tramitando em regime de urgência. Pela regimentalidade, juridicidade e o peso da Lei Orgânica, não vemos óbice à aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



## REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO) CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP. PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_ PROJETO DE LEI Nº(S) 738/08

D PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_

 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_ RECURSO Nº(S) \_\_\_\_\_

D REQUERIMENTO Nº(S) \_\_\_\_\_

 OUTROS \_\_\_\_\_ VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

 Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				+
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	+			
	BERINALDO PONTES	PP	+			
	BISPO RENATO	PR	f*			
	BRUNELLI	DEM	+			
	CABO PATRÍCIO	PT	f			
	CHICO LEITE	PT	+			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	+			
	DOUTOR CHARLES	PTB				f
	ÉRIKA KOKAY	PT	+			
	EURIDES BRITO	PMDB	f			
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	f			
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	+			
	LUZIA DE PAULA	PSL	+			
	MILTON BARBOSA	PSDB	+			
	PAULO RORIZ	DEM	+			
	PAULO TADEU	PT	+			
	PEDRO DO OVO	PMN	+			
	RAAD MASSOUH	DEM	+			
	REGUFFE	PDT	+			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	f			
	RÔNEY NEMER	PMDB	+			
	WILSON LIMA	PR	+			
	ALÍRIO NETO	PPS	+			
	TOTAL	---	21			2

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Wilson LimaCONSOLIDADO POR B/BVASSINATURA M. Paulo

MAT. \_\_\_\_\_

ASSP/\_\_\_\_Nº\_\_\_\_/\_\_\_\_

FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação; 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a inversão de pauta para que seja apreciado o Item nº 10, constante na Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que inclua na Ordem do Dia de hoje os Projetos de Decreto Legislativo nºs 20 e 40, de 2007, porque existe uma urgência, já que a pessoa que será agraciada com o título terá de viajar.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 5:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	41

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 35, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "altera a destinação de uso dos lotes lindeiros a vias de grande circulação no Riacho Fundo I - RAXVII, e dá outras providências".

Relatores: Deputado Benício Tavares - CAF

Deputado Aylton Gomes - CG

Solicito ao Deputado Milton Barbosa que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria da Comissão de Constituição e Justiça,.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria para complementar o parecer, haja vista que o relator anterior se manifestou apenas sobre as duas emendas apresentadas, omitindo manifestação sobre o projeto. Portanto, Deputado Milton Barbosa, solicito a V.Exa. que faça a manifestação sobre o projeto *In totem*.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 35, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "altera a destinação de uso dos lotes lindeiros a vias de grande circulação no Riacho Fundo I - RAXVII, e dá outras providências".

Sr. Presidente, esta Comissão se manifestou anteriormente apenas sobre as emendas, não o fazendo quanto ao mérito. Portanto, por designação de V.Exa., faço



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	42

complementar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça proferido pelo Deputado Aylton Gomes na sessão extraordinária de 14/12/2007, embora, no mérito, este Plenário já tenha se manifestado por sua admissibilidade com votos favoráveis de 18 Parlamentares, na sessão extraordinária de 14/12/2007.

Foi detectada uma impropriedade no parecer anterior proferido pelo Deputado Aylton Gomes que, no parecer da CCJ, manifestou-se apenas quanto às duas emendas, acatando-as sem mencionar, embora fosse óbvio que também era de parecer favorável ao corpo do projeto.

Assim como a impropriedade impõe um saneamento processual da proposição, complemento aquele parecer para considerar, no âmbito da CG, além das duas emendas, aprovado o projeto na sua essência.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Este Plenário ratifica as votações dos primeiro e segundo turnos, assim como ratifica, nesta apreciação, a sua redação final para considerá-la definitivamente aprovada.

Item nº 7:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	43

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 218, de 2007, de autoria do Deputado Reguffe, que "dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa de emissão do diploma de conclusão de cursos que especifica e dá outras providências".

Relatores: Deputado Wilson Lima - CDC

Deputada Eurides Brito - CCJ

Para conclusão do processo legislativo referente a essa proposição, o Relator da CDC, Deputado Wilson Lima, deverá apresentar o seu parecer analisando a emenda de segundo turno, em razão de que S.Exa. registrou ter proferido parecer pela CAS, quando esta não participava desse processo legislativo.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 218, de 2007, de autoria do Deputado Reguffe, que "dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa de emissão do diploma de conclusão de cursos que especifica e dá outras providências".

Sr. Presidente, trata-se apenas do pronunciamento da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a Emenda nº I, de segundo turno, que está nos autos e, ao que parece, na época da votação não ficou clara. Portanto, o nosso parecer é pela admissibilidade, acatando a emenda.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	44

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer da Comissão de Defesa do Consumidor. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Este Plenário ratifica a votação do projeto em segundo turno, assim como a apreciação de sua redação final para considerá-lo definitivamente aprovado.

Item nº 8:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 793, de 2003, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "dispõe sobre o ressarcimento de tarifa aos usuários de transporte coletivo no Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores: Deputado Wilson Lima - CAS

Deputado Cristiano Araújo - CEOF

Deputado Aylton Gomes - CCJ

O Relator da Comissão de Assuntos Sociais deverá proferir parecer sobre a emenda e o substitutivo de segundo turno.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que profira parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a emenda e o substitutivo.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	45

Projeto de Lei nº 793, de 2003, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "dispõe sobre o ressarcimento de tarifa aos usuários de transporte coletivo no Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, trata-se de uma correção feita quando da votação do projeto no ano passado, em que não foi contemplada a Emenda Modificativa nº I, em primeiro turno.

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é pelo acatamento do substitutivo de Plenário ao Projeto de Lei nº 793, de 2003, em segundo turno. Somos, portanto, pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Este Plenário ratifica as votações de primeiro e segundo turnos, assim como a redação final, e considera o projeto definitivamente aprovado.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solícito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	46

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores apresentou um requerimento para realização de uma sessão solene no dia 6 de março, em favor da paz e dos direitos humanos na América Latina. Provavelmente teremos a presença de embaixadores e organismos internacionais. Convidamos todos a participarem da referida sessão.

Pela urgência da aprovação do requerimento, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que acate essa solicitação para que o aprovemos hoje, já que a solenidade está programada para quinta-feira próxima.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência consulta o Plenário se existe objeção à solicitação do Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, está acatada.

Apreciação, em bloco, dos Itens nºs 9, 10 e dos itens extrapauta, cuja inclusão foi solicitada pelo Deputado Raad Massouh e acatada pela Presidência.

Item nº 9:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2007, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal Izalci Lucas Ferreira".

Relatores: Deputado Raimundo Ribeiro - CAS

Deputado - CCJ

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 <sup>ª</sup> 02 <sup>ª</sup> 2008	15h40min	10 <sup>ª</sup> ORDINÁRIA	47

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2007, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Olibia Terezinha Guimarães de Lima Rocha".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2007, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao padre Cláudio Ambrózio".

Item nº 10:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2004, de autoria dos Deputados Leonardo Prudente e Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Alberto Salvatore Giovanni Vilardo".

Relatores: Deputado Jorge Cauhy - CAS

Deputado - CCJ

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as matérias.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça aos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2007, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal Izalci Lucas Ferreira"; Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2007, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	48

autoria do Deputado Raad Massouh, que "concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Olibia Terezinha Guimarães de Lima Rocha"; Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2007, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao padre Cláudio Ambrózio"; Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2004, de autoria dos Deputados Leonardo Prudente e Eliana Pedrosa, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Alberto Salvatore Giovanni Vilardo".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, os quatro projetos apresentados possuem justificação do porquê da outorga do título de Cidadão Honorário de Brasília. Todas as vezes em que esta Comissão tem aprovado matéria referente a este assunto, ressaltamos que é da responsabilidade do Deputado proponente a indicação dos nomes.

Temos certeza de que houve critério por parte dos Deputados apresentadores da concessão desses títulos. Contudo, esta Comissão tem enfatizado a necessidade de se estabelecerem alguns parâmetros, porque é um assunto que já tramita na Casa há bastante tempo, mas não demos um encaminhamento a ele para podermos balizar.

Por ora, todos esses requerimentos que aqui estão merecem aprovação porque estão de acordo com o ordenamento legal que vige nesta Casa. Portanto, somos favoráveis à concessão dos títulos de Cidadão Honorário de Brasília às pessoas cujos nomes já mencionamos.

Sr. Presidente, somos pela admissibilidade das matérias. É o parecer.

i CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			
<b>NOVAS TAQUIGRAFICAS</b>			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28/02/2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer da CG.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Deputado Wilson Lima que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as matérias.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao PDL nº 305, de 2004; ao PDL nº 20, de 2007; ao PDL nº 82, de 2007; e ao PDL nº 40, de 2007.

Como a Deputada Eurides Brito, que relatou muito bem a matéria pela CG, somos pela admissibilidade das matérias.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer da CAS.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	50

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão os PDLs, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os PDLs permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os PDLs nºs 305, de 2004; 20, de 2007; 82, de 2007; e 40, de 2007, estão aprovados com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON UMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias:

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2004, de autoria dos Deputados Leonardo Prudente e Eliana Pedrosa, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Alberto Salvatore Giovanni Vilardo".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2007, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao padre Cláudio Ambrozio".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28.02.2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	51

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2007, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, Izalci Lucas Ferreira".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2007, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília à Sra. Olibia Terezínha Guimarães de Lima Rocha".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicitei o uso da palavra somente para registrar meu voto contrário à concessão de título de Cidadão Honorário de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Como já divulgamos o resultado da votação, fica registrada nos Anais desta Casa a costumeira posição contrária de V.Exa. à concessão de títulos de Cidadão Honorário de Brasília.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   02   2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	52

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 770, de 2008, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que "requer a realização de sessão solene no dia 6 de março de 2008 em favor da paz e pelos direitos humanos na América Latina".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que V.Exa. encerre esta sessão e convoque sessão extraordinária a realizar-se após esta, para apreciação em segundo turno do Projeto de Lei nº 738, de 2008, que extingue os Termos de Acordos de Regime Especial - TARE.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa, mas antes será lido o Expediente.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28/02/2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	53

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28, 02, 2008	15h40min	10ª ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 58, de 07/04/08, juntamente com a ata sucinta da 10ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr, Presidente, esse projeto, em segundo turno, recebeu uma emenda acordada com o Líder do Governo, que terá de ser apreciada pelas comissões. Ela diz respeito à cobrança do IPTU no antigo Condomínio Porto Rico - situação específica e atípica -, recentemente regularizado como Ribeirão de Santa Maria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Solicito à assessoria da Mesa que, de acordo com o comunicado do Líder do Bloco Democrático Social, tome as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação do único item da pauta - Projeto de Lei nº 738, de 2008.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h27min.)